
**Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma
revisão da literatura**

*Educación profesional y tecnológica e inclusión de personas con discapacidad en Brasil: una
revisión de literatura*

Antônio Soares Júnior da Silva
Everton Rodrigo Santos
Gabriel Grabowski

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)
Palmas, Brasil

Resumo

O presente artigo discute a Educação Profissional e Tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil, a partir de uma revisão narrativa da literatura científica produzida nos últimos dez anos (2011-2021). A pesquisa foi realizada junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e estrutura-se em duas etapas: (1) arcabouço teórico sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica sob a perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência e (2) análise de teses e dissertações com o objetivo de compreender o que dizem as pesquisas sobre as políticas públicas de inclusão. Os resultados apontam que os estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica se encontram em fase inicial de investigação e que poucas publicações relacionam-se à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação inclusiva; Pessoa com deficiência.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir la educación profesional y tecnológica y la inclusión de personas con discapacidad en Brasil. Para esa finalidad, se desarrolla una revisión narrativa de la literatura científica producida entre los años (2011-2021). La investigación fue realizada en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Con los siguientes descriptores: “educación profesional y tecnológica” y “persona con discapacidad”. Desarrollado en dos etapas: (1) marco teórico con bases conceptuales de la educación profesional y tecnológica considerando la perspectiva de inclusión de las personas con discapacidad, (2) análisis de tesis y disertaciones con el objetivo de identificar y comprenderlos. Considerando la temática de las políticas públicas, los resultados indican que los estudios sobre la inclusión de personas con discapacidad en la educación profesional y tecnológica están en etapa inicial de investigación. Sin embargo, los pocos estudios están relacionados con la Red Federal de educación profesional y tecnológica.

Palabras clave: Educación vocacional y tecnológica; Educación inclusiva; Personas con discapacidad.

Introdução

Este artigo discute a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional e tecnológica no Brasil, no contexto das políticas públicas para essa população. O processo educacional brasileiro tem sido marcado, historicamente, por diversas formas de exclusão, entre elas, a negação do direito à educação – enquanto política pública – da pessoa com deficiência em igualdade de condições. Em contraste a isso, é possível pensar em uma educação profissional e tecnológica inclusiva e menos desigual e, principalmente, construir uma escola inclusiva em todos seus aspectos.

Este trabalho, baseado no método bibliográfico de pesquisa, é uma revisão da literatura científica desenvolvida em dezembro de 2021, no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Do ponto de vista procedimental, usamos dois descritores de busca: 1. “educação profissional e tecnológica” e 2. “pessoa com deficiência”.

As teses e dissertações selecionadas tiveram como critérios de inclusão o idioma português e período de publicação entre 2011 e 2021. Esse recorte temporal foi escolhido, tendo como referência a publicação da Lei 13.409/2016 que altera a lei que instituiu as cotas no ensino superior nas instituições federais de ensino (Lei 12.711/2012) para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Os processos de identificação, leitura, análise e sistematização das produções acadêmicas pesquisadas foram realizados com o propósito de investigar o estado da arte sobre o tema abordado. Por conseguinte, buscamos entender como se desenvolvem as investigações, a fim de evidenciar as abordagens presentes, sem, no entanto, finalizar a discussão sobre o tema em questão, haja vista que, em uma perspectiva mais abrangente, investigações em curso ou realizadas podem não estar indexadas na base de dados (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

À vista disso, as investigações coletadas foram analisadas numa perspectiva metodológica de abordagem qualitativa. No primeiro momento, fez-se a leitura dos resumos a fim de identificar e selecionar as pesquisas acadêmicas que traziam no seu escopo a relação entre “educação profissional e tecnológica” e “pessoa com deficiência”. Nesse sentido, separamos os trabalhos desenvolvidos na perspectiva da inclusão desses alunos nas

instituições de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

Em segunda etapa, passou-se para a análise dos resultados obtidos através das investigações, com o propósito de identificar e sistematizar as pesquisas sobre a inclusão da pessoa com deficiência nas instituições de educação profissional e tecnológica no Brasil.

Educação profissional e tecnológica (ept): O trabalho como princípio educativo

A educação profissional e tecnológica no contexto da legislação educacional brasileira integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Nesse ínterim, essa modalidade abrange os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio, e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 9.394/1996 - Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Do ponto de vista de demarcação conceitual, Manfredi (2002) suscita elementos epistemológicos e define a educação profissional e tecnológica como um campo

[...] de disputa e de negociação entre os diferentes segmentos e grupos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, dos projetos e das práticas formativas (MANFREDI, 2002, p. 61).

De início, discutimos a multiplicidade dessas dimensões, e, nesse sentido, vale salientar que a Educação Profissional e Tecnológica pressupõe uma relação intrínseca entre trabalho e educação – o trabalho como princípio educativo – segundo a prerrogativa de que o homem não nasce acabado, mas que se constitui a partir das interações nos processos educativos durante a vida. Desse modo, a categoria trabalho “toma importância crucial, pois se estabelece como fonte primária da realização social, sob a ótica do fundamento ontológico, indispensável à omnilateralidade humana” (ANTUNES, 2009, p. 165). Em vista disso, o compromisso de oferecer uma formação justa, equitativa, emancipatória e democrática para a produção de conhecimento, deve ser um compromisso assumido por todos. Logo, nesse contexto, o Estado deve garantir, aos alunos e às alunas, políticas públicas efetivamente inclusivas.

No que se refere ao Brasil, o processo educacional é marcado historicamente por diversas formas de exclusão. Ao usar a expressão “para não criar mamíferos de luxo”, Gramsci (2001) demonstra, numa frase de poucas palavras, sua preocupação com a educação e sua relação com o mundo do trabalho (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008). Nesse sentido, a formação profissional e tecnológica também apresenta características de fragmentação,

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

especialmente se considerarmos a separação entre trabalho manual, para os filhos de trabalhadores, e trabalho intelectual para os mais abastados.

Ao falar de trabalho, chama-nos atenção a concepção proposta por Marx (1985), em “O capital: crítica da economia política”, que concebe o trabalho como um processo, em seu modo mais simples, como ação humana orientada para a satisfação de suas necessidades. Sob essa perspectiva, “o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas” (MARX, 1985, p.153). À vista disso, todos aqueles que foram considerados inaptos para o sistema produtivo, foram excluídos e renegados, quando muito, ao amparo do Estado.

Endossando essa perspectiva, o artigo 38, da Lei Brasileira da Inclusão (LBI), estabelece que “a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais, sendo proibida qualquer restrição em razão de condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, permanência no emprego, dentre outros”. Consoante ao que estamos discutindo, a concepção que adotamos como basilar é o trabalho como princípio educativo, de modo que também se possa garantir a formação profissional omnilateral às pessoas com deficiência.

Inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Ao longo do tempo, diferentes terminologias foram usadas para caracterizar as pessoas com algum tipo de deficiência. Algumas expressões acabaram contribuindo para reproduzir estigmas e consolidar estereótipos e essa temática ainda produz muitas discussões e análises. Todavia, optaremos pelo uso do termo pessoa ou sujeito com deficiência. Já em relação ao conceito de deficiência, buscaremos uma abordagem mais próxima da concepção psicossocial.

Nessa concepção, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a LBI definem pessoa com deficiência como aquela que “tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008; Brasil, 2015). No que se refere ao âmbito nacional, essa legislação configura-se, hoje, como marco regulatório para que as instituições de ensino, inclusive as de educação profissional e tecnológica, possam direcionar suas ações no sentido de construir e implementarem políticas de acesso e permanência na escola ao público outrora chamado de

alunos com necessidades educacionais especiais.

Todavia, vale ressaltar que, embora os documentos legais adotem a concepção de pessoa com deficiência ao longo dos textos das políticas de educação inclusiva no país, a discussão sobre essa temática insere-se num campo de disputa de diferentes vertentes ideológicas, conforme escreve (KUHNNEN, 2017). A partir dos anos 2000, a academia começou a problematizar essa concepção que, de certo modo, apresenta-se sob a forma de dicotomia entre aqueles que são “normais” e aqueles que são “deficientes”. A autora também destaca que:

a ambiguidade na concepção de deficiência é evidenciada porque, por um lado, a deficiência está definida em termos de necessidades educacionais especiais ou de diversidade. Por outro lado, na proposição do modelo de serviços, a concepção de deficiência retoma aquela estabelecida em termos de normalidade e patologia (KUHNNEN, 2017, p. 340).

É no contexto de resistência às formas de opressão, e em defesa do direito à educação e ao trabalho da pessoa com deficiência, que a Lei nº 13.409/2016 foi produzida, a fim de incluir aqueles cuja história do capital não permitiu acesso, permanência e diplomação para exercerem o trabalho como “condição natural da existência humana” (MARX, 1974, p.148). Os estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional e tecnológica ainda estão em fase inicial e, nesse contexto, as pesquisas precisam avançar na compreensão e implementação de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência com êxito, a conclusão de curso e o ingresso no mundo do trabalho. Esse é um processo de travessia necessário e urgente que pode ser mediado por uma formação que contemple o trabalho como princípio educativo.

Metodologia

Para realização da pesquisa no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizamos duas categorias de busca: (1) educação profissional e tecnológica e (2) pessoa com deficiência.

A pesquisa supracitada foi realizada em 10 de janeiro de 2022, sendo verificado um total de 72 trabalhos acerca dos temas Educação Profissional e Tecnológica e pessoa com deficiência (entre teses e dissertações). Como primeiro procedimento, realizamos a seleção dos trabalhos dentro do recorte temporal entre 2011 e 2021. Nesse sentido, todas as 72 pesquisas correspondiam ao período desejado.

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

Dando continuidade, procedemos à leitura dos resumos, excluindo as investigações com temáticas muito específicas que não se relacionavam com o propósito do estudo. Para tanto, o objetivo foi relacionar os descritores “educação profissional e tecnológica” e “pessoa com deficiência” na perspectiva da inclusão desses alunos e alunas nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil.

Dessa forma, os trabalhos identificados que tratavam de temas como a produtividade e inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho; o ensino e formação de professores; a inclusão das pessoas com deficiência em universidades; e contribuições das tecnologias de informação, comunicação (tecnologias assistivas) foram descartados, perfazendo um total de 58 trabalhos.

A partir daí, após realizadas as exclusões, selecionamos dez dissertações de mestrado e quatro teses de doutoramento. Passamos à leitura dos resumos dos quatorze instrumentos científicos produzidos, identificando os objetivos dos trabalhos e o referencial teórico e, por fim, foram lidas as conclusões.

Resultados e discussões

A relação de políticas, programas e ações inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica, discutida e apresentada nesta pesquisa, encontra-se apoiada na perspectiva proposta por Schmidt (2018), que traz à baila aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas importantes para o aprofundamento de nosso estudo sobre as políticas públicas. À vista disso, torna-se essencial grifarmos a concepção de política pública aqui referenciada, a qual descrevemos como sendo “um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, intencionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político” (SCHMIDT, 2018, p. 127).

Destarte, é considerando esse contexto que tratamos do problema da exclusão e marginalização da pessoa com deficiência, tendo em vista as restrições que impedem a participação efetiva dessa população na prática e na vida social do nosso país. Esse estudo de revisão bibliográfica buscou, portanto, demarcar as contribuições da literatura para o aprofundamento da discussão e análise dessa temática tão relevante, sobre a qual nos debruçamos ao longo desta pesquisa.

Após a realização das leituras, passamos à distribuição das pesquisas em três grupos temáticos que assim denominamos: 1º) Política pública de inclusão numa perspectiva mais

generalista; 2º) Política pública de inclusão numa perspectiva institucional; e 3º) Programas e ações específicos para garantir a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O Quadro 1 retrata as pesquisas que foram categorizadas no agrupamento que denominamos política pública de inclusão numa perspectiva mais generalista.

Quadro 1: Retrata as pesquisas que foram categorizadas no agrupamento que denominamos como política pública de inclusão numa perspectiva mais generalista.

Título do trabalho	Autor - Ano
As políticas de educação para a pessoa com deficiência: A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Santos (2011)
Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência.	Da Silva (2011)
Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas	Lamonier (2018)
Os desafios e as perspectivas para educação inclusiva: análise acerca da inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste	Teófilo (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Entre os trabalhos investigados no grupo 1, destaca-se a pesquisa de Teófilo (2019) sobre a educação especial no Brasil e o paradigma de inclusão no contexto de políticas-econômicas neoliberais. O estudo analisou o paradigma da inclusão educacional atrelado à difusão das políticas neoliberais, apontando alguns desafios. O primeiro está relacionado às fontes de financiamento, ou seja, aos recursos para os equipamentos, para as tecnologias assistivas e para os servidores dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE). O segundo diz respeito ao aprimoramento do atendimento à pessoa com deficiência, seguido da desconstrução de um discurso paternalista, apresentado como um desafio. E, por último, discute a formação continuada dos servidores e a publicidade da política institucional de inclusão.

Silva (2011), por sua vez, realizou uma investigação, cujo objetivo era examinar os motivos pelos quais a educação para as pessoas com deficiência, considerando a formação para o trabalho, tem se efetivado por um sistema diferenciado de escolarização. A pesquisa afirma que o processo excludente ou de inclusão inapropriada da pessoa com deficiência, seja

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

na sociedade ou na escola, decorre do modo de organização econômica, cultural e política do Estado Capitalista. Sobre isso, o autor afirma ainda que, na estrutura educacional, foram sendo construídos instrumentos que conduziram à exclusão dos sujeitos com deficiência ou a sua inserção em espaços restritos de formação.

O estudo de Santos (2011) indica que as políticas só conseguem efetivar-se numa perspectiva de emancipação, através de entidades formativas, com a participação dos movimentos sociais que militam a favor dos direitos humanos, desenvolvendo uma prática que almeje à supressão da hegemonia. A autora destaca, também, que esse processo trará contribuições para a busca da igualdade e sugere que são necessários profissionais qualificados e capacitados para atuarem nessa modalidade de ensino.

Dando prosseguimento, Lamonier (2018) analisou as representações sociais das pessoas com deficiência e com outras necessidades educacionais específicas, no Instituto Federal de Goiás, materializando uma narrativa a partir da percepção da própria pessoa com deficiência. O autor conclui que os participantes consideram a formação elemento fundamental, nomeadamente quando se trata da relação entre trabalho e educação. Todavia, o autor ressalta, diante desse quadro, que as pessoas com deficiência reconhecem que encontrarão muitas barreiras para sua inserção no mundo do trabalho.

No grupo 1, percebe-se, o que é afirmado por Schmidt (2018), quando o autor refere que uma política “compreende um conjunto de ações”, e que as políticas mais generalistas terão efetividade se forem implementadas de forma articulada, geralmente envolvendo várias áreas. Nesse ínterim, a formação continuada de servidores, o financiamento da educação, o modo de organização econômica, e as formas de atendimento são interfaces de uma política que deve ser planejada e, acima de tudo, implementar ações coerentes entre si para a inclusão da pessoa com deficiência na EPT.

O Quadro 2 apresenta as investigações classificadas como política pública de inclusão em uma perspectiva institucional.

Quadro 2: Descreve as investigações classificadas como política pública de inclusão em uma perspectiva institucional.

Título do trabalho	Autor - Ano
A política de inclusão na educação profissional: o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife	Moura (2013)
As políticas de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo	Zamprogno (2013)
Educação Profissional: o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília.	Marques (2014)
Inclusão na educação profissional: visão dos gestores do IFRJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	Santos (2014)
A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?	Freitas (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No segundo grupo temático, o qual denominamos política pública de inclusão em uma perspectiva institucional, analisamos as pesquisas que abordam a forma como as instituições de educação profissional viabilizam as ações de inclusão a partir da legislação vigente sobre o tema. Predomina, nos trabalhos, uma contradição marcante entre o discurso institucional da política de inclusão e as práticas para garantir a inclusão da pessoa com deficiência.

Marques (2014) buscou, em seu estudo, verificar as estratégias utilizadas para o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência nos cursos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, todavia, com o intuito de verificar como os recursos tecnológicos têm sido utilizados como apoio à inclusão desses estudantes. Na conclusão do trabalho, foi identificada a ausência de diretrizes no âmbito institucional para gerir, de maneira criteriosa, o ingresso e a permanência do educando com deficiência. Todavia, a pesquisadora ressalta que, da parte dos gestores e da comunidade acadêmica, existe o entendimento da necessidade da implementação de ações que garantam as políticas para o avanço nos processos de educação inclusiva.

Quanto ao processo de inclusão dos alunos surdos, Freitas (2019) relata que alguns fatores precisam ser levados em consideração pela comunidade escolar. A investigadora destaca, nesse contexto, o processo formativo dos servidores que trabalham com esses sujeitos, a própria mobilização e participação da comunidade e a sistematização de um planejamento integrado que conduza todo processo, desde a entrada do aluno no espaço educativo, passando por ações que garantam sua permanência, até um acompanhamento final, objetivando êxito em toda trajetória formativa. A pesquisa foi desenvolvida com o

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

intuito de compreender como ocorria o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O trabalho de Zamprogno (2013) descreveu como têm sido delineadas as políticas de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. O autor constatou, por um lado, que existem políticas, ações e movimentos mais específicos que tentam garantir a inclusão na instituição; por outro, que existem também dificuldades para a efetivação dessas políticas. A pesquisa identificou, ainda, a necessidade de a Instituição engajar seus esforços na garantia de políticas mais sistematizadas, incluindo, nesse escopo, uma perspectiva de educação para todos.

A investigação realizada por Santos (2014) mostrou que, apesar de os gestores se mostrarem favoráveis à política de inclusão, as práticas relatadas, muitas vezes, são descontextualizadas das questões institucionais, o que dificulta a implementação da proposta inclusiva em todas as esferas que constituem o corpo da formação oferecida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Em outros termos, apesar do discurso revelar um grau de engajamento significativo dos gestores com a inclusão da pessoa com deficiência, esses alunos continuam, em muitos casos, excluídos dessa modalidade de educação.

Ao analisar o acesso dos alunos à educação profissional; à acessibilidade arquitetônica; aos serviços e recursos de apoio à permanência; e suportes à inclusão no mercado de trabalho, Moura (2013) mostrou, a partir dos depoimentos dos educandos entrevistados, a presença de uma contradição marcante entre o discurso institucional da política de inclusão e o que acontece, de fato, nos espaços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *campus* Recife, em relação à acessibilidade arquitetônica e à formação do professor.

A análise do grupo 2 aponta para a realização de ações em duas perspectivas. Primeiro, apontam para o que Schmidt (2018) chama de ações isoladas: a boa vontade, o discurso inclusivo, as atitudes favoráveis à política de inclusão por parte dos gestores ou servidores, os quais, ainda que essenciais, não configuram uma política (Schmidt, 2018). Depois, percebemos, também, a presença de estudos com “ações de interesse público”. É o caso da regulamentação da Lei 13.409/2016 e as instituições descritas na literatura, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que têm no bojo de sua política institucional a

prerrogativa de ser uma instituição de ensino inclusiva de interesse público. Sobre isso, Schmidt (2018, p.127) afirma que:

Ações de interesse público executadas pela sociedade civil somente constituem uma política pública se integrarem um rol de ações coordenadas pelo Estado; não é necessário que o Estado execute as ações, mas em uma democracia cabe-lhe a função de coordenar e legitimar o processo político.

Tais ações, quando coordenadas pelo ente estatal, têm efeito positivo, visto que, no âmbito local, contribuem diretamente para a inclusão da pessoa com deficiência e, conseqüentemente, para sua emancipação. Todavia, é indispensável a participação da sociedade - alunos, pais, gestores, servidores, movimentos sociais, ministério público, universidades entre outros - para garantir o acesso, a permanência, a conclusão de curso e a inserção no mundo do trabalho da pessoa com deficiência.

O Quadro 3 demonstra o agrupamento dos trabalhos científicos denominados como Programas e ações específicas para garantir a inclusão da pessoa com deficiência na EPT.

Quadro 3: Programas e ações específicos para garantir a inclusão da pessoa com deficiência (PCD) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Título do trabalho	Autor - Ano
Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola: uma visão a partir da implantação da ação TECNEP da Rede Federal de Educação Tecnológica.	Rosa (2011)
Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP. 2014.	Silva (2014)
A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN.	Soares (2015)
Formação profissional da pessoa com deficiência: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe/Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (2001-2007).	Oliveira (2018)
Estudo sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência em uma instituição da RFEPCT.	De Oliveira(2020)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O terceiro grupo temático, intitulado de Programas e ações específicas para garantir a inclusão de PCD na EPT, reúne trabalhos que tratam especificamente da importância do Programa TEC NEP e dos NAPNEs para a inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de educação profissional. O programa TEC NEP foi criado em 2000 para fomentar o acesso e a permanência da pessoa com deficiência na EPT. Nos parágrafos que seguem, desenvolveremos a análise das pesquisas que compõem esse grupo.

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

O trabalho realizado por Soares (2015) adotou como objetivo avaliar a realidade em que se encontram os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN.) A investigadora aponta, em suas considerações finais, que o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) representou um avanço significativo no que se refere às políticas de inclusão no âmbito da instituição pesquisada. Já no que se refere à implementação concreta dessa política, discorre que existem muitas dificuldades que precisam ser superadas, entre as quais destacamos: (1) estrutura física inadequada para atender as demandas da pessoa com deficiência; (2) questões de ordem financeira, como escassez de recursos materiais e, (3) a falta de recursos humanos entre outras que constituem barreiras à implementação e atuação dos NAPNEs.

Ainda no que se refere ao TECNEP, Rosa (2011) buscou compreender como as políticas públicas educacionais, os direitos sociais e a democratização do acesso à escola contribuem para a inclusão, tendo como marcador histórico a implantação da Ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica. No trabalho, a autora constatou que, mesmo com a existência de legislação específica para garantir e implementar a inclusão, verifica-se uma precariedade na oferta de condições pelo poder estatal, o que prejudica e, em certa medida, inviabiliza o trabalho da Ação TECNEP.

Endossando as pesquisas anteriores, Oliveira (2018) desenvolveu um trabalho cujo objetivo foi analisar o processo de implantação/implementação das ações de formação profissional da pessoa com deficiência e sua influência sobre a cultura escolar da Escola Técnica Federal de Sergipe/CEFET-SE entre 2001 e 2007. A pesquisadora constatou que, nos documentos norteadores da instituição, a formação dos alunos com deficiência apresentou-se sem previsão financeira, com elementos imprecisos e difusos, além de não conter uma fundamentação conceitual e metodológica suficiente.

À vista disso, Oliveira (2018) escreve que o processo formativo do sujeito com deficiência se evidencia mais pela segregação educacional do que pela noção de inclusão. Isso acontece em função da inadequação dos documentos oficiais que nortearam a política nesse período. Em suma, existe uma quase absoluta omissão institucional no que se refere ao Programa TECNEP. Todavia, mesmo com a inoperância das políticas, existe um esforço dos servidores e dos próprios alunos, especialmente dos membros do NAPNE, no sentido de

promoverem práticas que objetivam superar um paradigma educacional menos excludente na cultura escolar da instituição.

Por seu turno, ao investigar a atuação dos sujeitos que compõem o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE) de uma instituição, Oliveira (2020) constatou que a formação, a dedicação exclusiva e a divergência de ideias dos integrantes do núcleo são os principais problemas identificados. Outro ponto evidenciado no trabalho foi a identificação de uma rede de assistência estudantil fomentada, especialmente, pelo Núcleo de Atendimento ao Estudante (NAE). O NAE centraliza suas atribuições no acolhimento aos integrantes da comunidade escolar.

No mesmo sentido, a investigação de Silva (2014) mostrou que os alunos avaliam como positiva a inclusão que vivenciam no Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa. Também destacaram a importância e o papel do núcleo de apoio para a inclusão e que a Ação TEC NEP foi fundamental no âmbito das políticas institucionais para visibilizar e discutir a inclusão dessa população.

Na análise do grupo 3, destacamos a importância de um programa no contexto de uma política, a partir da afirmação de Schmidt (2018, p.128), ressaltando que programa é “geralmente derivado ou associado a um plano, contém diretrizes, estratégias, objetivos e metas que norteiam as ações públicas em um determinado setor”. O Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Programa TEC NEP) foi criado em 2000 e significou um grande avanço para as políticas de inclusão da pessoa com deficiência.

Um dos grandes objetivos do Programa TEC NEP era desenvolver uma ação: a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEs) nas instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Para Schmidt (2018, p.128), a ação “é o nível mais concreto do planejamento governamental; designa uma iniciativa expressa em um plano, programa ou projeto”. A literatura mostra que esses núcleos têm sido fundamentais para a inclusão dos alunos e das alunas com deficiência na EPT.

De modo geral, pode-se observar que a maior parte das pesquisas analisadas neste artigo abordam a inclusão da pessoa com deficiência na Rede Federal. Isso mostra o protagonismo que a Rede tem assumido no que diz respeito à educação especial, na perspectiva da educação inclusiva. Nesse ínterim, romper com práticas historicamente

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

excludentes dentro dos espaços educativos brasileiros ainda é hoje um desafio; seja pelo processo de marginalização estrutural da classe trabalhadora e de seus filhos e filhas ou pela efetividade das políticas públicas instituídas em forma de lei.

Conclusões

Os resultados deste trabalho apontam que o desenvolvimento de estudos sobre a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica encontram-se em uma fase de investigação inicial. Nesse contexto, verificamos que as pesquisas desenvolvidas sobre essa temática tratam da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que nos leva a refletir sobre a importância da Rede no cenário educacional brasileiro, em especial, na promoção da inclusão da pessoa com deficiência.

A bibliografia consultada levou-nos a identificar e classificar as pesquisas já realizadas em três grupos temáticos sobre a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. O primeiro grupo discute a política pública de inclusão em um contexto nacional, considerando a legislação e sua implementação ou não, e as bases teóricas e conceituais das políticas de educação inclusiva e especial. O segundo grupo evidencia a política pública de inclusão, mais especificamente, as políticas implementadas no interior das instituições de Educação Profissional e Tecnológica. E, por último, o terceiro grupo congrega trabalhos sobre os programas e as ações específicas para garantir a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A revisão de literatura, aqui desenvolvida, permitiu uma breve genealogia e taxonomia das pesquisas sobre a inclusão da pessoa com deficiência na EPT, principalmente, no que diz respeito à inclusão como categoria de análise ligada à educação e ao Estado Democrático de Direito, tendo em vista que as políticas de educação inclusiva se materializam como fundamento jurídico e educacional com foco na democratização do ensino e na oferta de educação para todos os brasileiros, sem distinção.

Referências

ANTUNES, R. **O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural**. Theomai, (19), 2009, 47-57.

BRASIL, República Federativa do. **Lei 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www. planalto. gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei L, 13146](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei L, 13146)>. Acesso em: 19, out. 2022.

_____. **Lei Nº 11.741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

_____. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF: 29 dez. 2016.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

FREITAS, C. R. D. **A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas:** e agora, o que fazer? [Dissertação de mestrado]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** 2ª edição. Civilização Brasileira, 2001.

KUHNEN, R. T. A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2016). **Revista Brasileira de Educação Especial**, 23, 2017, 329-334.

LAMONIER, E. L. **Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas.** 201f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.

MANFREDI. S. M. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARQUES, C. L. **Educação Profissional:** o ingresso, as tecnologias e a permanência dos alunos com deficiência no Instituto Federal de Brasília. 163f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____. **O Capital:** crítica da economia política, 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MOURA, K. C. B. **A política de inclusão na educação profissional:** o caso do Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife. 124f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

NASCIMENTO, M. I. M.; SBARDELOTTO, D. K. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. **Revista Histedbr On-line** , 30, 2008, 275-291.

Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma revisão da literatura

OLIVEIRA, G. G. **Estudo sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência em uma instituição da RFEPECT**. 275f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2020.

OLIVEIRA, J. A. M. D. **Formação profissional da pessoa com deficiência: uma experiência da Escola Técnica Federal de Sergipe/Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (2001-2007)**. 2011f. [Tese de doutoramento]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, 2018.

POLÍTICA Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela **Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007**, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 19, out. 2022.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, 1(1), 27-49, 2017.

ROMANOWSKI, J. P.; Ens, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, 6(19), 37-50, 2006.

ROSA, V. F. D. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola**: uma visão a partir da implantação da ação TECNEP da Rede Federal de Educação Tecnológica. 137f. [Tese de doutoramento]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, 2011.

SANTOS, A. C. A. **Inclusão na educação profissional**: visão dos gestores do IFRJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 157f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014

SANTOS, Y. B. D. S.. **As políticas de educação para a pessoa com deficiência**: A proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 110f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, 2011.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, (56), 119-149. 2018.

SILVA, A. S. J. **Possibilidades de acesso e permanência da pessoa com deficiência na educação profissional e tecnológica de nível médio no IFSul – campus Sapucaia do Sul**. 114p. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, 2020.

SILVA, I. M. D. A. **Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência**. 286f. [Tese de doutoramento]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Federal de Minas Gerais, 2011.

SILVA, R. S. **Inclusão de estudantes com deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da ação TEC NEP.** 124f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

SOARES, G. G. **A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN.** 151f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2015.

TEÓFILO, S. V. **Os desafios e as perspectivas para educação inclusiva: análise acerca da inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste.** 117f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019

ZAMPROGNO, M. B. **As políticas de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica: o caso do Instituto Federal do Espírito Santo.** 166f. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

Observação

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Sobre os autores

Antônio Soares Júnior da Silva

Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. *Mestre em Educação Profissional pelo IFSUL. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Palmas, Paraná, Brasil.*

E-mail: antonio.silvajunior@ifpr.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8739-4265>

Everton Rodrigo Santos

Professor Visitante na Universidade Nacional de Rosário (UNR) na Argentina em (2017), no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Estágio Pós-Doutoral em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2013. Doutor (2005) e Mestre (1996) na mesma área pela (UFRGS). É líder do Grupo do CNPQ/Metropolização e Desenvolvimento Regional da Universidade (Feevale). Vinculado ao Grupo do CNPQ Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey) e ao Grupo de Pesquisa CNPQ Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL/UFRGS). Professor Titular e Permanente na Universidade Feevale no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Diversidade Cultural e Inclusão Social, na linha de pesquisa de Inclusão Social e Políticas Públicas, onde coordenou o curso por duas gestões (2008/2009) e (2010/2011), além de ter ocupado assento no Conselho Superior de

*Educação profissional e tecnológica e a inclusão da pessoa com deficiência no Brasil: uma
revisão da literatura*

Pesquisa e Pós-Graduação (CNPPG), como também no Conselho Superior da Universidade (CONSU). É Consultor e Avaliador do Ministério da Educação CAPES (desde 2011).

E-mail: evertons@feevale.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6270-3196>

Gabriel Grabowski

Graduação em Filosofia, Mestrado (2004) e Doutorado (2010) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor pesquisador da Universidade Feevale, atuando no Programa de Pós Graduação em Qualidade Ambiental (PGQA) e Mestrado em Psicologia. Membro da Diretoria do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (Consinos) e membro da Diretoria da AESUFOPE. Tem estudos e pesquisas sobre: Trabalho e Educação, Políticas Públicas em Educação, Financiamento da Educação Profissional, Programas de Educação Profissional, Formação de Professores, Ensino Médio e Juventudes.

E-mail: gabrielg@feevale.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2471-3940>

Recebido em: 01/11/2022

Aceito para publicação em: 22/11/2022